



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Rua Carvalho de Mendonça, 144, Sala 404 - Bairro Encruzilhada, Santos/SP, CEP 11070-100
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.unifesp.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23089.003065/2024-65

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC
SERVIÇOS – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA
Versão 06/04/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP, CAMPUS BAIXADA SANTISTA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE TIC, DE ENLACE DE DADOS (LAN-TO-LAN), PARA INTERCONEXÃO DE UNIDADES E OS CAMPI DA UNIFESP POR MEIO DE CIRCUITOS TRANSPARENTES BASEADOS NA INFRAESTRUTURA METRO ETHERNET

A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, autarquia federal de ensino superior, criada pela lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.453.032/0001-74, com sede na Avenida Sena Madureira, nº 1500, Vila Clementino, São Paulo Capital, CEP 04.021-001, neste ato representada por sua Pró-Reitora de Administração, Sra. Georgia Mansour, portadora da matrícula funcional nº 0116765, por designação da Magnífica Reitora, realizada por meio da portaria Nº 1.707 de 14 de abril de 2023, publicada em 17 de abril de 2023, reconduzida com a portaria nº 3.820 de 9 de agosto de 2023, publicada em 10 de agosto de 2023 e em conformidade com as atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com a portaria nº 1.708 de 14 de abril de 2023, publicada em 17 de abril de 2023, doravante denominada CONTRATANTE, e a EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede – CEP:, neste ato representada pelo Senhor, Sócio Administrador, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no processo nº 23089.003065/2024-65 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a execução, pela CONTRATADA, de SERVIÇOS DE TIC, DE ENLACE DE DADOS (LAN-TO-LAN), PARA INTERCONEXÃO DE UNIDADES E OS CAMPI DA UNIFESP POR MEIO DE CIRCUITOS TRANSPARENTES BASEADOS NA INFRAESTRUTURA METRO ETHERNET, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº [/2026], com a finalidade de atender às necessidades da CONTRATANTE.

ITEM	Especificação - Contratação de serviço de enlace de dados (LAN-TO-LAN) redundantes para garantia da interconexão de unidades e campi da UNIFESP por meio de circuitos transparentes baseados na infraestrutura MPLS/Metro Ethernet, suportando tráfego de dados de multimídia (incluindo voz e transmissão de fluxo de vídeo) com garantia de qualidade de serviço, compreendendo o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos das conexões conforme constantes neste documento, bem como no Edital.	CATSER	Quantidade por mês (para 12 meses)	Valor Unitário	Valor Total
1	Links de Fibra óptica 1000 Mbps	26506	36	R\$	R\$
2	2Links de Fibra óptica 400 Mbps	26506	168	R\$	R\$
3	3Links de Fibra óptica 200 Mbps	26506	108	R\$	R\$
4	4Links de Fibra óptica 100 Mbps	26506	60	R\$	R\$
5	5Links de Fibra óptica 50 Mbps	26506	96	R\$	R\$
6	Custo de Instalação e ativação por circuito	1988	39	R\$	R\$

1.2. Detalhamento por localização:

Item	Tipo	grupo	nome da unidade que receberá a redundância	Mbps	Ponto A	Ponto B
1	5	3	Medicina Esportiva (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 713 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-002
2	5	3	Centro de Diabetes (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Estado de Israel, 639 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04022-001
3	5	3	Gastroenteriologia (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 861 / 869 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04039-032
4	5	3	EPE (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 754 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-002
5	5	3	Infectologia Pediátrica (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 655/659 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001

6	5	3	Campus São Paulo - Fonoaudiologia	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 802 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
7	5	1	CAAF	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. dos Jacintos, 222 - Mirandópolis, São Paulo - SP, 04049-050
8	5	3	Departamento de Pediatria (Campus São Paulo)	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 598 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04023-062
9	5	3	SESMT	50	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Onze de Junho, 187 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04041-050
10	4	1	Laboratório L3M (Campus Diadema)	100	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro CEP 09913-030. Diadema	Campus Diadema Laboratorio L3M - Rua Manoel da Nobrega nº 1539 – Centro - Diadema - CEP 09972-270
11	4	3	Hemocentro	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Dr. Diogo de Faria, 824 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04037-002
12	3	3	DDI (Campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Napoleão de Barros, 800 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04024-000
13	4	3	Lemos Torres (campus São Paulo)	100	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Lemos torres (Botucatu 620)
14	3	3	CAISM (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Maj. Maragliano, 241 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04017-030
15	3	1	Unidade Talim (campus São José)	200	Unifesp São José Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes s/n – Eugênio de Mello – CEP 12247-014. São José dos Campos	Unidade Talim - Rua Talim, nº 330 - São José dos Campos - São Paulo - CEP: 12231-280
16	3	2	Unidade Máximo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico IV - Rua Maria Máximo, 168 - Ponta da Praia - Santos/SP - CEP: 11030-100
17	3	2	Centro Histórico (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Centro Histórico - Rua Quinze de Novembro 195 - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-908
18	3	2	Carvalho Mendonça (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Edifício Acadêmico II - Rua Carvalho de Mendonça, 144 - Encruzilhada - Santos/SP - CEP: 11070-100
19	3	2	Augusto Severo (Baixada Santista)	200	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020	Unidade Augusto Severo - Rua Augusto Severo, nº. 7 - 2º Andar - Centro - Santos/SP - CEP: 11010-050
20	3	1	Complexo didático (nova unidade Diadema)	200	Campus Diadema José Alencar – Rua São Nicolau nº 210 – Centro - CEP 09913-030.	Campus Diadema Complexo Didático - Av. Conceição, nº 515 – Centro – CEP 09920-000
21	3	1	Nova Unidade São José dos Campos	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Av. Cidade Jardim, 575 - São José dos Campos/SP CEP: 12231-675
22	3	3	Infar (Campus São Paulo)	200	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Três de Maio, 100 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04044-010
23	2	3	Escola Paulistinha (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Varpa - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
24	2	3	Edifício Academico I (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Pedro de Toledo, 781 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-032
25	2	1	José de Alencar (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030
26	2	1	Unidade Guarulhos (Campus Guarulhos)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Estr. do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade, Guarulhos - SP, 07252-312
27	2	1	Unidade Osasco (Campus Osasco)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua General Newton Estilac Leal, 932, Bairro Quitaúna – Osasco/SP, 06190-170
28	2	1	Reitoria	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001
29	2	1	Unidade Zona Leste	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Avenida Jacu-Pêssego, 2630 - Itaquera São Paulo/SP - CEP 08260-001.
30	2	1	Unidade Parque Tecnológico (Campus São José)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Unidade Parque Tecnológico - Avenida Cesare Mansueto Giulio Lattes, nº 1201 - Eugênio de Mello, CEP: 12247-014
31	2	1	Unidade Silva Jardim (Baixada Santista)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Edifício Acadêmico I "Prof. Mariângela de Araújo Gama Duarte" - Rua Silva Jardim, 136 - Vila Mathias - Santos/SP - CEP: 11015-020
32	2	3	HU2	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Botucatu, 821 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04039-001
33	2	3	CRIEN (Campus São Paulo)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	R. Borges Lagoa, 770 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04038-001
34	2	1	Conseição (Diadema)	400	Rua São Nicolau, 210, Centro, Diadema. CEP 09913-030	Av. Conceição, 545 - Centro - CEP: 09920-000 - Diadema - SP

35	2	1	REIDEL (Diadema)	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Artur Riedel, 275, Jd Eldorado, Diadema. CEP 09972-270
36	2	3	Centro Cultural em Saude - UNIFESP	400	R. Botucatu, 740 - Vila Clementino - São Paulo - SP, CEP 04023-089	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062
37	1	1	Campos São Paulo - USP	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Avenida Professor Luciano Gualberto, travessa 3, nº 71 - Cidade Universitária CEP: 05508-010 - Butantã
38	1	1	Reitoria - cinemateca	1000	R. Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino, São Paulo - SP, 04021-001	Largo Senador Raul Cardoso, 207 - Vila Clementino - CEP: 04021-070
39	1	1	DIS	1000	Rua Botucatu nº 740 – Vila Clementino - CEP 04023-900	Rua Botucatu, 862 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP: 04023-062

1.2.1.A execução dos serviços deve ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, em conformidade com os Requisitos de Projeto e Implementação deste Termo de Referência, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada por igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pelo CONTRATANTE.

1.2.2.Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Edital de Licitação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

1.3. O presente Contrato regula-se por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e, em especial, o Código Civil – [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), e o Código de Defesa do Consumidor – [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGENCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
2. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
3. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
5. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
6. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
7. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
9. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
10. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS E FISCALIZAÇÃO

3.1.O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2.A Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP designa como Fiscal Titular, para executar a fiscalização deste Contrato que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à empresa, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021, Portaria de Fiscalização de Contratos da UNIFESP e demais normativos internos da UNIFESP.

3.3. As alterações de Fiscal do Contrato serão formalizados por meio de apostilamento ou por termo aditivo, caso coincida com a prorrogação da vigência contratual.

3.4. A fiscalização será feita embasada na Portaria 6.210/2023, que dispõe sobre as regras a serem adotadas na gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Unifesp, Capítulo IV.

4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1.O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

4.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1.O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1.As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3.Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 7.1.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.6.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.7.Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.8.Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.9.Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 7.1.9.1.indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 7.1.9.2.fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 7.1.9.3.estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 7.1.9.4.definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 7.1.9.5.demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 7.1.9.6.prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 7.2.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.3.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.4.A Administração terá o prazo de *20 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.5.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *XXXXXX*;
- 7.6.*Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 7.7.Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.8A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 8.1.2.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 8.1.3.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 8.1.4.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 8.1.5.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 8.1.6.Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
 - 8.1.7.Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 8.1.8.certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 8.1.9.certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 8.1.10.prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 8.1.11.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais

~~previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;~~

8.2. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.2.1. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.2.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

~~8.2.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~8.2.4. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

8.3. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos

8.5. objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

~~8.7. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO;~~

~~8.8. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;~~

~~8.9. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~8.7. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~

~~8.8. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

8.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

8.12. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

~~8.13. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;~~

~~8.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;~~

8.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

~~8.14. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

8.14. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

8.15. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.16. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.17. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

8.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

8.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

8.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

8.21. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.23. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 8.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 8.25. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

- 9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.
- 10.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
 - 12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - 12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
 - 12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.8.9. Indenizações e multas.
- 12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 12.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
 - 12.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 12.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
 - 12.10.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3.As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: [...];

Fonte de Recursos: [...];

Programa de Trabalho: [...];

Elemento de Despesa: [...];

Plano Interno: [...];

Nota de Empenho: [...];

14.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1.Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1.Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *São Paulo*, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP

Sra. Georgia Mansour

Pró-Reitora de Administração

XXXXXX

Sócio Administrador

Gestor / Fiscal Titular do Contrato

SIAPÉ:

Gestor / Fiscal Substituto do Contrato

SIAPÉ: